

Pastore volta aos credores para uma nova renegociação

O Brasil começa "a trocar idéias" com os 14 maiores bancos credores do país, integrantes do comitê de assessoramento de renegociação da dívida, no próximo dia 2, em Nova Iorque, quando o presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore, estará reunido com dirigentes dos grandes bancos internacionais para a discussão, ainda em tom informal, da rolagem dos compromissos brasileiros a vencer a partir de 1985 — a chamada fase 3 de renegociação.

Após encontro com o diretor da área bancária do Banco Central, José Luiz Silveira Miranda, o vice-presidente no Brasil do Banco de Tóquio, Tatsuo Hiranuma, disse que, ao convidar os bancos credores para a reunião, o presidente do comitê renegociador e vice do Citibank, William Rhodes, deixou claro o teor informal do encontro, ao não estabelecer uma pauta prévia.

Hiranuma não quis comentar o peso da indefinição do quadro sucessório para a fixação da data de inicio da fase 3 de renegociação. Apenas considerou novembro, mês anunciado pelo diretor da área externa do Banco Central, José Carlos Madeira Serrano, uma data escolhida estrategicamente pelo governo brasileiro e, em relação ao futuro político, ressaltou que os credores só querem que "o próximo governo mantenha a política econômica em vigor".

Como dirigente de um dos bancos integrantes do comitê de assessoramento, Hiranuma afirmou que o Brasil leva para a fase 3 "elementos positivos para negociar com os credores" e, se de fato não precisar de jumbo superior a US\$ 3 ou 4 bilhões, obterá não só maior prazo e menor spread — taxa de risco — nos novos empréstimos como também condições mais favoráveis em outros pontos.

Após confirmar a tendência de melhoria das contas externas e garantir a continuidade da atual política econômica no próximo governo, o Brasil deve somente, na opinião do vice-presidente do Banco de Tóquio, controlar a inflação. Segundo ele, o país deve pelo menos fechar o ano com in-

flação abaixo dos 211% de 1983 para evitar a impressão no exterior de que o governo perdeu o controle dos preços internos.

Do lado japonês, Hiranuma assegurou que os bancos credores aceitarão os termos da renegociação conduzida pelos demais bancos. Dentro do "pacote financeiro" acertado na viagem do presidente Figueiredo a Tóquio, lembrou que o Japão quer fechar os entendimentos bilaterais de dívidas renegociadas no âmbito do Clube de Paris para depois concluir o processo administrativo dos financiamentos a importações brasileiras de produtos japoneses e a programas de desencaminhos a importações brasileiras de produtos japoneses e a programas de desenvolvimento, como o de exploração dos cerrados.

Embora o Eximbank do Japão ainda deva demorar algum tempo para garantir financiamentos oficiais a importadores brasileiros, o vice-presidente do Banco de Tóquio ressaltou que o Ministério da Indústria e do Comércio japonês normalizou o seguro oficial a exportações para o Brasil, à base de 95% do valor exportado, sobretudo de peças e componentes.

Hiranuma observou ainda que o Japão mantém a posição de terceiro maior investidor estrangeiro no Brasil, com quase 10% do total das aplicações de risco ingressadas no país. Apesar da crise brasileira, o estoque de capital japonês permanece em torno de US\$ 2 bilhões, sem que bancos ou empresas do Japão tenham apelado para a comercialização de créditos como forma de registrar "investimento barato" no Brasil.

O vice-presidente do Banco de Tóquio apoiou ainda a proposta da União de Bancos Suíços para que o Brasil contrate empréstimos com lastro em outras moedas que não o dólar norte-americano. Informou que o seu banco tem em negociação dois empréstimos com estatais brasileiras, respectivamente, de US\$ 80 milhões e 15 bilhões de ienes. Mas, ao contrário do banco suíço, Hiranuma vê pouca perspectiva do Brasil colocar bônus em substituição a parcela da dívida externa, a juros fixos.